



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA OS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DESTE E. TRIBUNAL, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Processo nº TRF2-EOF-2016/00303

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, estabelecida _____, nº _____, _____ – ____/____, CEP: _____, Tels.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste por seu _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2016/00303, em consequência do Pregão Eletrônico nº 02/2017, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/2017, através do despacho nº TRF2-DES-2017/____, lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva dos consultórios odontológicos e equipamentos periféricos, com fornecimento de peças, deste E. Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva para os consultórios odontológicos e equipamentos periféricos, com fornecimento de peças, deste E. Tribunal, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2017 e seu Anexo I e nas condições estabelecidas nas Cláusulas deste Contrato.

1.1 - DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANT.
1	Compressor Shultz	01
2	Raio X Marca Dabi Atlante – Spectro II	01
3	Consultório Odontológico Marca Cristófoli – Marco Polo II (composto de):	02
4	Cadeira Odontológica	02
5	Refletor	02
6	Cuspideira	02
7	Equipo	02
8	Caixa de Comando	02
9	Unidade Auxiliar	02
10	Mocho Odontológico Marca: Cristófoli - Marco Polo II	04
11	Mocho Odontológico Marca: AG	02
12	Estufa Odontológica Olidef WF CZ	01
13	Destilador de água Marca Gnatus	01
14	Seladora Odontológica Marca Cristófoli Modelo Plus	01
15	Motor de bancada marca Beltec LB-100	01
16	Inclisor a vácuo marca Plastivac P-7	02
17	Caneta de alta rotação Marca: DentFlex Impact	01
18	Caneta de alta rotação Dabi Atlante Silent	03
19	Caneta de alta rotação Kavo Century105C	02
20	Peça Reta Marca: Dabi Atlante	03
21	Contra Ângulo Marca Dabi Atlante	03
22	Micro Motor Marca: Dabi Atlante	03
23	Peça Reta Marca: DX	01
24	Amalgamador Marca: Dabi Atlante - Dosamat	01
25	Amalgamador Marca: Odontomix	01
26	Fotopolimerizador Dabi Atlante Ultraled	02
27	Aparelho de ultrassom e jato de bicarbonato Dabi Atlante Profi Neo	02
28	Autoclave – Marca Tuttnauer – modelo 2340 – 12 ozs – 350 ml – 230 V – Circuit breaker 10 amp.	01



2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A Contratada deverá prestar os seguintes serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos deste Tribunal, instalados na Divisão de Atenção à Saúde – DISAU sito na Rua Acre, 80, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ:

2.1 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1.1 - Lubrificação e verificação do funcionamento das canetas de alta rotação, baixa rotação e seringa tríplice;

2.1.2 - Verificação dos pedais das canetas de alta e baixa rotação;

2.1.3 - Verificação de drenagem da água do compressor odontológico;

2.1.4 - Verificação do funcionamento dos amalgamadores;

2.1.5 - Verificação do funcionamento dos fotopolimerizadores;

2.1.6 - Verificação do funcionamento das cadeiras odontológicas;

2.1.7 - Verificação do funcionamento dos mochos;

2.1.8 - Verificação do funcionamento dos refletores;

2.1.9 - Verificação do funcionamento dos aparelhos de Raios X;

2.1.10 - Verificação do funcionamento dos aparelhos de ultrassom de jato de bicarbonato;

2.1.11 - Verificação das unidades auxiliares das cadeiras;

2.1.12 - Verificação dos sistemas *Flush* de desinfecção;

2.1.13 - Verificação do aparelho de destilação de água;

2.1.14 - Realizar 01 (*uma*) visita mensal, com data programada, para manutenção preventiva do autoclave, assim entendida:

2.1.14.1 - Limpeza do reservatório de água e do filtro de entrada de água;

2.1.14.2 – Limpeza de *air trap jet* e de válvula de segurança;

2.1.14.3 – Limpeza de válvula de solenóide e de válvula multiuso;

2.1.14.4 – Limpeza da câmara de esterilização com produto químico;

2.1.14.5 – Limpeza das ventoinhas de refrigeração do circuito eletrônico;

2.1.14.6 – Lubrificação do dispositivo de fechamento e dobradiças d porta;

2.1.14.7 – Reaperto do sistema de aquecimento, quando necessário;

2.1.14.8 – Nivelamento e ajuste da pressão e temperatura;



2.1.14.9 – Testes de funcionamento.

2.1.14.10 – Monitoramento biológico, conforme preconizado pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)

2.2 – FORMA DE EXECUÇÃO:

2.2.1 - Compete à Contratada 01 (*uma*) visita mensal para manutenção preventiva e as necessárias para as corretivas, no tempo máximo de 24 (*vinte e quatro*) horas a partir da chamada de assistência técnica;

2.2.2 - O prazo para atendimento dos chamados emergenciais para conserto será de, no máximo, 24 (*vinte e quatro*) horas após a solicitação do Contratante, de segunda a sexta-feira, no horário das 10:00 às 17:00 horas;

2.2.3 – Na hipótese de intervenção corretiva, que envolva reposição de peças, a mesma deverá ser realizada sem ônus para o Contratante.

2.2.4 - As intervenções corretivas que não envolvam reposição de peças serão realizadas nas instalações do Contratante ou no laboratório da Contratada, se for necessário, sem ônus adicionais para o Contratante;

2.2.5 - Na impossibilidade de conserto em até 48 (*quarenta e oito*) horas, a Contratada compromete-se a substituir os equipamentos danificados até que os originais estejam em condições de uso;

2.2.6 - Na eventual necessidade de remoção do equipamento ou substituição de peças desgastadas em todos os aparelhos, nas instalações da Contratada, ficará a cargo da mesma a substituição do equipamento retirado por outro com as mesmas características e funcionalidade, bem como as despesas decorrentes da referida remoção e de sua devolução;

2.2.7 - Todas as peças repostas deverão ser novas e originais e ter o prazo de garantia fixado;

2.2.8 - Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados, sempre que possível, nas dependências do Contratante.

2.3 – SERVIÇOS E MATERIAIS NÃO COBERTOS:

2.3.1 - Não estão incluídos no objeto do presente Contrato, os serviços materiais a seguir relacionados:



- 2.3.1.1 - Partes, peças e/ou componentes eletromecânicos e hidráulicos;
- 2.3.1.2 - Serviços de recuperação do equipamento, tais como reformas gerais, pinturas e serviços de tornearia;
- 2.3.1.3 - Serviços de limpeza do equipamento, solicitados pelo Contratante, além do período previsto no subitem 2.2.1 desta Cláusula;
- 2.3.1.4 - Realização de serviços de eletricidade, hidráulicos ou outros externos ao equipamento;
- 2.3.1.5 - Reparos e/ou serviços necessários no equipamento, decorrente de negligência, uso impróprio, acidentes por parte do Contratante, ou de seus prepostos, danos causados por fogo, inundações, greves, transporte, vandalismo, desabamento;
- 2.3.1.6 - Serviços necessários em decorrência de falhas elétricas na rede de alimentação de energia elétrica do equipamento, bem como: transformadores, geradores, estabilizadores e/ou reguladores.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 – A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

3.3 – Permitir que seus empregados, que venham a prestar serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

3.4 – Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do present Contrato.

3.5 – Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

3.6 – Responder por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados.



3.7 – Nos serviços desenvolvidos nas dependências do Contratante, manter e entregar os locais onde os mesmos forem executados, devidamente limpos e recuperados.

3.8 – O exercício da fiscalização pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada.

3.9 – Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, total ou parcialmente, os serviços ou materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

3.10 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:

4.1 - DO PREÇO:

4.1.1 - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Compressor Shultz	01		
2	Raio X Marca Dabi Atlante – Spectro II	01		
3	Consultório Odontológico Marca Cristófoli – Marco Polo II (composto de):	02		
4	Cadeira Odontológica	02		
5	Refletor	02		
6	Cuspideira	02		
7	Equipo	02		
8	Caixa de Comando	02		
9	Unidade Auxiliar	02		
10	Mocho Odontológico Marca: Cristófoli - Marco Polo II	04		
11	Mocho Odontológico Marca: AG	02		
12	Estufa Odontológica Olidef WF CZ	01		
13	Destilador de água Marca Gnatus	01		
14	Seladora Odontológica Marca Cristófoli Modelo Plus	01		
15	Motor de bancada marca Beltec LB-100	01		
16	Inclusor a vácuo marca Plastivac P-7	02		



4.1.1 - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
17	Caneta de alta rotação Marca: DentFlex Impact	01		
18	Caneta de alta rotação Dabi Atlante Silent	03		
19	Caneta de alta rotação Kavo Century105C	02		
20	Peça Reta Marca: Dabi Atlante	03		
21	Contra Ângulo Marca Dabi Atlante	03		
22	Micro Motor Marca: Dabi Atlante	03		
23	Peça Reta Marca: DX	01		
24	Amalgamador Marca: Dabi Atlante - Dosamat	01		
25	Amalgamador Marca: Odontomix	01		
26	Fotopolimerizador Dabi Atlante Ultraled	02		
27	Aparelho de ultrassom e jato de bicarbonato Dabi Atlante Profi Neo	02		
28	Autoclave – Marca Tuttnauer – modelo 2340 – 12 ozs – 350 ml – 230 V – Circuit breaker 10 amp.	01		
VALOR TOTAL MENSAL				
VALOR TOTAL ANUAL				

4.1.2 - O valor MENSAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

4.1.3 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

4.1.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como: materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

4.2 - DA PERIODICIDADE E DO REAJUSTE:

4.2.1 - Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-D calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$



$R = \text{Reajuste}$

$I = N.º \text{ índice da data do reajuste}$

$I_o = N.º \text{ índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.}$

$P = \text{Preço a ser reajustado}$

4.2.2 – A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

4.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei n.º 10.192, de 14/02/01 e legislação superveniente ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

4.2.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

4.2.5 - A Contratada poderá exercer, perante o Contratante, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

4.2.6 - A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

4.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.3.1 - O pagamento à Contratada será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal discriminativo dos serviços apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da data da apresentação do documento fiscal, **sendo efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinada pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.**

4.3.1.1 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro



estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS - Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

4.3.1.2 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 4.3.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

4.3.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Coordenadoria de Compras (CODCOM) do Contratante, situado na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (*duas*) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.jus.br.

4.3.3 - Para fins do disposto no subitem 4.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

4.3.4 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

4.3.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº 1.540, de 05/01/2015.

4.3.5 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 4.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.3.6 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

4.3.6.1 - O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento das condições de habilitação estabelecidas neste Contrato;



4.3.6.2 – Na hipótese de irregularidade no registro no SICAF, a Contratada deverá regularizar a sua situação, no prazo de até 05 (*cinco*) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, bem como de rescisão contratual.

4.3.7 - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116/03 e na legislação municipal aplicável.

4.3.8 – Por se tratar de Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais, será obrigatória a discriminação, no documento fiscal, do valor correspondente aos materiais aplicados.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	PTR	Elemento de Despesa	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	107.765	3.3.90.39.17	

5.2 - Na parcela referente ao exercício de 2018, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES:

6.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;



d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

6.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

6.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

6.5 – Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 6.3 e 6.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

6.6 - Se as multas dispostas nos itens 6.3 e 6.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

6.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

6.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

6.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentado pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

6.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.



6.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

6.12 – O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

6.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

7.1.1 – **Provisoriamente** – imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

7.1.2 – **Definitivamente** – no prazo de 05 (*cinco*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

7.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços/materiais, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.



7.3 – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços/materiais foram realizados/fornecidos de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

7.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas no documento a seguir indicado, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2017, e seu Anexo I;
- b) Proposta datada de __/__/__, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. __/__ do Processo.



9.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído pelo seu suplente, também designado:

10.2 – Compete à fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

10.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

11.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

11.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará no devido tempo, o respectivo termo aditivo.



11.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sexta do presente Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

12.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

12.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:

13.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento em função de infrações.

13.2 - O não atendimento do ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

13.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, ser prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, o não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

13.4 - A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às tabelas 1, 2 e 3, abaixo discriminadas:



Tabela 01	
01 – Prazo para realização de visita de manutenção corretiva	
Finalidade	Garantir a continuidade do atendimento odontológico a servidores e magistrados na DISAU.
Meta a cumprir	24 horas (após a solicitação e considerando dias úteis).
Instrumento de medição	A contagem do tempo terá seu início definido pela data e hora do e-mail de solicitação da visita.
Forma de acompanhamento	Planilha elaborada pelo gestor do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismos de cálculo	Cada solicitação será verificada e valorada individualmente. A cada 24h completas de atraso (considerando apenas dias úteis) será atribuído 01 ponto.
Início de vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	A partir do terceiro ponto atribuído, a cada ponto subsequente será descontado 1% sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 20 pontos.
Sanções	Acima de 20 pontos: multa de 30% sobre o valor mensal do contrato.

Tabela 02	
02 – Prazo para resolução da manutenção corretiva que não envolva reposição de peças	
Finalidade	Garantir a continuidade do atendimento odontológico a servidores e magistrados na DISAU.
Meta a cumprir	48 horas (após a realização da visita e considerando dias úteis).
Instrumento de medição	A contagem do tempo terá seu início definido pela data



	e hora da OS emitida no ato da visita.
Forma de acompanhamento	Planilha elaborada pelo gestor do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismos de cálculo	Cada problema técnico que compõe a solicitação será verificado e valorado individualmente. A cada 24h completas de atraso (considerando apenas dias úteis) será atribuído 01 ponto por problema técnico não resolvido.
Início de vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	A partir do terceiro ponto atribuído, a cada ponto subsequente será descontado 1% sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 20 pontos.
Sanções	Acima de 20 pontos: multa de 30% sobre o valor mensal do contrato.

Tabela 03

Tabela 03	
03 – Prazo para a substituição provisória de equipamento danificado em caso de impossibilidade de conserto	
Finalidade	Garantir a continuidade do atendimento odontológico a servidores e magistrados na DISAU.
Meta a cumprir	48 horas (após a realização da visita e considerando dias úteis).
Instrumento de medição	A contagem do tempo terá seu início definido pela data e hora da OS emitida no ato da visita.
Forma de acompanhamento	Planilha elaborada pelo gestor do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismos de cálculo	Cada solicitação será verificada e valorada individualmente. A cada 24h completas de atraso (considerando apenas dias úteis) será atribuído 01 ponto.



Início de vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	A partir do terceiro ponto atribuído, a cada ponto subsequente será descontado 1% sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 20 pontos.
Sanções	Acima de 20 pontos: multa de 30% sobre o valor mensal do contrato.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei nº 10192 de 14/02/2001 e Lei nº 9.069 de 29/06/95.

14.2 - A Contratada fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

14.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.



16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.017.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

